



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PARECER

PROJETO DE LEI 04/2025, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PATROCÍNIO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL A SHOWS E EVENTOS CULTURAIS QUE FAÇAM APOLOGIA AO CRIME, ESPECIALMENTE AO CRIME ORGANIZADO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 04/2025, de autoria do Vereador Fernando Milanez Neto, dispõe sobre a proibição de patrocínio pela administração pública municipal a shows e eventos culturais que façam apologia ao crime, especialmente ao crime organizado.

Projetos do tipo, conhecidos como "Lei anti-Oruam", vêm sendo apresentados em diferentes estados e cidades brasileiras, em referência direta ao rapper Oruam, nome artístico do Mauro Davi dos Santos Nepomuceno - dono da música mais ouvida do Brasil em janeiro no Spotify. Contexto: Oruam é o nome artístico do Mauro Davi dos Santos Nepomuceno.

Ou seja, Oruam é Mauro escrito ao contrário.

Ele é filho de Marcinho VP, preso por assassinato, formação de quadrilha e tráfico, apontado pelo Ministério Público (MP) como um dos líderes do tráfico de drogas.

A iniciativa já ganhou força em outras capitais, como São Paulo, por exemplo, onde a vereadora Amanda Vettorazzo (União Brasil) foi a primeira parlamentar do país a protocolar um projeto de lei exatamente com o mesmo teor. Vereadores do Rio de Janeiro protocolaram um Projeto de Lei semelhante.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

II - VOTO DO RELATOR

O projeto ora encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça tem por finalidade a proibição de patrocínio pela administração pública municipal a shows e eventos culturais que façam apologia ao crime, especialmente ao crime organizado e impor sanções administrativas aos organizadores de eventos e locais que permitirem o uso ou fizerem apologia ao crime, especialmente o crime organizado em todo território da cidade de João Pessoa.

É importante registrar que o art. 33 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Antidrogas”, **trata da ilicitude do indivíduo que “induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga”**.

Além disso, o Código Penal, no seu art. 268, estabelece penalidade para quem “incitar, publicamente, a prática de crime”, assim como o art. 287, in verbis:

“Art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

No entendimento dessa relatoria, a proposição em apreço busca também sintonia em relação aos comandos da Lei Federal nº 8.069, de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Não se vislumbra, ademais, vício no que tange à inauguração do processo legislativo, pois a matéria de que cogita o projeto não se encontra arrolada entre as de iniciativa privativa, previstas no art. no Art. 30, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

III- DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, em atendimento à solicitação de **PARECER** desta respeitável Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de João Pessoa, vem por meio de seu relator, pelos fundamentos já estampados no neste parecer **OPINAR** da maneira que segue:

- a) **OPINA-SE pelo Parecer favorável AO PROJETO DE LEI 004/2025, pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.**




ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

b) **DEVOLVO** o presente Projeto de Lei que Dispõe sobre a proibição de patrocínio pela administração pública municipal a Shows e Eventos Culturais que façam apologia ao crime, especialmente ao crime organizado para a Mesa Diretora desse Egrégio Parlamento, e o mesmo seja deliberado em Plenário.

É como vota o Relator

É o parecer

Sala das Comissões, 26 de Fevereiro de 2025.


Marcos Vinicius Nóbrega
Vereador - PDT



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

IV- PARECER DA COMISSÃO

A comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Ordinária 04/2025, em conformidade com o Parecer do relator

Sala das Comissões, 26 de Fevereiro de 2025.


Marcos Vinicius Nóbrega
Relator

Damásio Franca
Presidente

Valdir Trindade
Vice Presidente

Durval Ferreira
Membro

Carlão Pelo Bem
Membro

Milanez Neto
Membro

Odon Bezerra
Membro